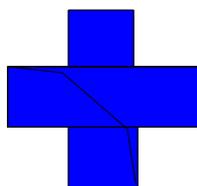




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Ao terceiro dia do mês de setembro de 2008**, às quatorze horas e trinta minutos, deu início à **ducentésima**
2 **sétima** reunião do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, sendo esta a **centésima sextagésima**
3 **reunião ordinária**. Conferido o quorum, com aprovação, iniciamos a reunião. A Sessão foi presidida pelo
4 **Presidente do Conselho Estadual, Augustinho Moro**. Agradeceu a presença de todos nesta reunião, pela
5 primeira vez em período integral, objetivando 'limpar a pauta', conforme entendimento com a Mesa Diretora e
6 por conseguinte com a concordância de todos. Empossou a nova suplente da AMDE, senhora Flávia de Jesus
7 Silva; e as novas representantes do MT-Saúde: Regina Macedo Gonçalves e Lanameire Figueiredo Barros.
8 Agradeceu a presença dos Conselheiros Ambrosio Moreira e Carlos Eilert e da Conselheira Maria Aparecida
9 na audiência pública na Assembléia Legislativa, que debateu a execução do primeiro semestre de 2008.
10 Avaliou que a audiência foi positiva e passa a ser de forma normativa. Informou que ontem esteve em São
11 Felix Araguaia com técnicos do Ministério e o Secretário Estadual de Saúde de Tocantins para assinatura de
12 pactuação interestadual. Toda a região do Baixo Araguaia passa referenciar para Palmas o serviço de alta
13 complexidade, ortopedia e neurologia. Disse que tentará buscar a mesma pactuação com o Estado do Pará.
14 Colocou em regime de apreciação e aprovação as atas: da reunião extraordinária do mês de junho de 2008,
15 aprovada com a solicitação de retificação do nome da Conselheira Lilia Ferreira; da reunião ordinária do mês
16 de julho de 2008, aprovada sem alterações e com uma abstenção. **EXPEDIENTE RELEVANTE: 01)**
17 **Memorando n.º198/08-CEESP/SES/MT – 22 de agosto de 2008** – solicitando em caráter de urgência a
18 indicação de dois conselheiros, sendo um usuário e um trabalhador para compor o Conselho Estadual Escolar
19 da ESP, as reuniões são realizadas toda primeira quinta-feira de cada mês, às 09:00 horas, sala Sarã. O CEE
20 é normativo, recursivo e deliberativo, constituído através de portaria interna do GAB. Deliberado pela
21 indicação do Conselheiro Carlos Eilert e Conselheira Suely Correa, titular e suplente; **02) Convite Sindicato**
22 **dos Bancários** – para participação no Seminário sobre Assédio Moral, em 27 de setembro, a partir das 08:30
23 horas, no Sindicato. A palestra será realizada pela Doutora Margarida Barreto; **03) Memorando**
24 **n.º1474/2008/GABSE – de 04 de agosto** – encaminhando o Ofício n.º454/SE/CNS/GM/MS onde convida
25 para participação do Seminário Regional Centro-Oeste, de 28 a 31 de outubro de 2008, em local a confirmar.
26 Solicitam a indicação de 10 Conselheiros para participar do evento. Deliberado que seja indicado os membros
27 da Comissão de Comunicação e o restante fica para a deliberação pela Mesa Diretora. Que a Secretaria
28 Executiva busque informação quanto ao local e despesas. **Ausência do segmento governo nas reuniões -**
29 **Conselheiro Carlos Eilert** disse que não se trata apenas deste segmento, mas de todos. Disse que
30 antecipam pautas e há evasão do governo e de outros segmentos. Disse que temos apenas uma reunião
31 mensal programada. Disse que é diferente quando marcam reuniões de última hora, como foi o caso do
32 planejamento para o PTA-2009, quando se registrou ausências de conselheiros nas reuniões das comissões.
33 Como as reuniões do Conselho são programadas as pessoas deveriam permanecer até às dezoito horas.
34 Disse que se até as quatorze e trintas não tiver quorum para iniciar as reuniões vai começar a pedir a
35 suspensão. Disse que a crítica cabe a todos, pois temos que ter compromisso com o Conselho. **Presidente**
36 disse que o assunto colocado é propício e que vai começar a 'puxar' o segmento governo para que
37 permaneçam neste compromisso. Disse que quem coordena a reunião fica numa situação difícil pela falta de
38 quorum. Solicitou que quando o titular não puder vir que ele acione o suplente. Disse que esta pauta está
39 extensa, por isso precisamos ser objetivos nas falas, para que até a metade da tarde cumpram a pauta.
40 **Presidente** propôs a inversão de pauta como primeiro, a título de esclarecimento, conforme solicitação da
41 Comissão de Monitoramento. **Resolução CIB n.º027/08 – Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse que o pedido



SUS

Sistema
Único
de Saúde

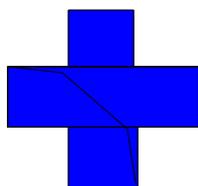
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

42 não é da Comissão de Monitoramento, mas de Capacitação de Conselheiros, pois vão estar prestando
43 esclarecimento sobre a resolução nº027. Disse que apenas esta entrará em pauta. **Conselheira Cleilia Brito**
44 disse que a resolução trata da Portaria 3060. Em relação ao fluxo, estiveram em Brasília, na Secretaria de
45 Gestão Participativa. Muitos Estados estão reclamando, pois segundo a portaria a discussão passa primeiro
46 pelo Conselho e depois é encaminhada para a CIB. Na Comissão Intergestores são feitas pactuações que
47 não são reencaminhadas para o Conselho. Disse que a portaria vai passar por modificações, estabelecendo
48 que caso haja modificação pela CIB a discussão deve retornar para os Conselhos Estaduais. Disse que no
49 caso específico do nosso estado, o projeto foi discutido pelo Conselho e houve algumas modificações. Mas,
50 como a portaria está vigente, não sofreu alteração, por isso a matéria não retornou para o Conselho. Disse
51 que mesmo assim foram à reunião da CIB, quando souberam das modificações. Disse que na reunião da
52 Comissão Intergestores asseguraram a inclusão da Ouvidoria no eixo número dois, pois constava apenas
53 Auditoria e o Controle e Avaliação. Disse que solicitou na reunião a inclusão da Ouvidoria neste eixo, pois
54 houve remanejamento de recurso. Ratificou que foi aprovado o Plano de Ação Estadual, nos níveis federal e
55 estadual, esta inclusão. Disse que o esclarecimento era neste sentido. Disse que a Ouvidoria está
56 contemplada com todo o recurso que havia sido aprovado no Conselho. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que
57 o Conselho aprovou 350 mil reais para a implantação das Ouvidorias e não remanejamento para as
58 auditorias. **Conselheira Clélia Brito** disse que no projeto aprovado que está no Ministério tem 150 mil reais
59 para a Ouvidoria e ela ainda está contemplada no eixo número três onde estão os 300 mil reais. **Conselheiro**
60 **Carlos Eilert** perguntou por que a cópia deste documento não foi entregue aos conselheiros. **Conselheira**
61 **Clélia Brito** disse que foi entregue anteriormente e que ele está idêntico ao do Ministério da Saúde.
62 **Conselheira Maria Aparecida** disse que a Comissão de Capacitação fez várias reuniões para discutir o
63 assunto. Disse que o recurso não é para implantação de ouvidorias, mas para capacitação e sensibilização
64 para a implantação. Disse que recurso para implantação de ouvidoria é de responsabilidade do município.
65 Disse que na hora de trabalhar com o recurso que a Ouvidoria teria em um bloco recurso para a
66 sensibilização no valor de 150 mil reais e os demais trabalhos da Ouvidoria num outro projeto. Disse que
67 colocaram no planejamento do estado a Ouvidoria junto com a Auditoria, Controle e Avaliação, por que este
68 recurso tem que ser trabalhado coletivamente, não dá para fazer pacotes diferenciados. Disse que o recurso
69 não está comprometido, está colocado desta forma para melhor operacionalizar e otimizar o recurso.
70 **Presidente** disse que o documento do Ministério, está protocolado. Disse que houve uma falha de digitação,
71 por isso não aparece. A seguir, iniciamos nosso primeiro ponto de **PAUTA: Reclamação de Posse de Vaga –**
72 **processo n.º98206/08 - Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que estava requisitando questão de ordem
73 em função de que esta pauta já foi votada na reunião anterior. Disse que esta discussão retornou por
74 proposição do Conselheiro Carlos Eilert em função de uma ata. Disse que entende que seria uma reavaliação
75 ou que o Pleno pudesse ouvir a gravação da reunião anterior que dentro da proposta da Conselheira Maria
76 Luiza Ortiz foi voto vencido, mas por um equívoco da Presidência da Mesa, Conselheira Clélia Brito que fez
77 observação em relação à proposta do Conselheiro Jose Carlos Bazan que já tinha sido votado. Disse que no
78 seu entendimento este assunto estava encerrado. **Presidente** disse que se reuniu com a Mesa Diretora por
79 duas vezes. Disse que este assunto estava trazendo desgaste para o Conselho e que precisamos 'colocar o
80 eixo no trilho' no sentido de ajustar aquilo que houve ou não houve para o Conselho poder retomar a
81 condução natural das coisas. Disse, a Mesa Diretora decidiu que para que haja tranquilidade no julgamento e
82 na votação que as duas entidades FCD e AVAT estivessem ausentes no momento, para que não houvesse

2



SUS

Sistema
Único
de Saúde

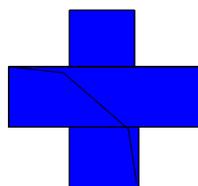
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

83 interferência e sim neutralidade. **Conselheira Leila Boabaid** disse que existe a ampla defesa e que as duas
84 entidades deveriam permanecer na sessão, por que tem posicionamentos que somente as duas podem
85 responder. **Conselheira Mazena Salah** disse que o processo já foi lido por ambas as partes, a palavra foi
86 dada para as duas entidades. Disse que o Presidente tem razão no encaminhamento, pois as defesas já
87 foram feitas. **Presidente** disse que a Mesa Diretora ponderou todos os pontos. Disse que não estamos aqui
88 para dizer se a vaga vai ser tirada da FCD, mas que estamos aqui para explicar todos os acontecimentos
89 para o Pleno decidir definitivamente. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que as duas entidades foram
90 ouvidas, entretanto tiveram duas eleições e nas duas a FCD ganhou. Disse que o proponente desta pauta foi
91 o Conselheiro Carlos Eilert que solicitou que as duas entidades estivessem presentes. Perguntou se a Mesa
92 pode desobedecer a uma ordem do Pleno. Disse que a doutora Gleids (Assessoria Jurídica da SES) avaliou
93 apenas aquilo que ela tinha em mãos. Perguntou como ficarão as suas observações. **Conselheiro Carlos**
94 **Eilert** disse que quando fez a propositura da reunião extraordinária era para que concedesse cinco minutos
95 para as duas entidades. Após isto, quem tivesse que produzir mais provas materiais e estaria trazendo aqui. A
96 partir daí o Pleno solicitaria que as duas entidades se retirassem para tomarem a decisão. Disse que o
97 objetivo principal era este para a reunião extraordinária. No entanto, se há provas substanciais que elas sejam
98 apresentadas pelas entidades e depois elas se retiram para o Pleno deliberar. **Presidente** disse que ele e a
99 Mesa Diretora discutiram amplamente isso e por isso estava encaminhando que nenhuma das entidades
100 estivesse presentes nesta pauta. Disse que precisamos resolver a questão para evitar um problema jurídico
101 mais sério. O Pleno validou com dezesseis votos, quatro contrários e duas abstenções, o encaminhamento da
102 Mesa e as duas entidades se retiraram da sessão. **Presidente** disse que temos que ter responsabilidade
103 naquilo que vamos fazer. Solicitou que fosse feito resgate do assunto e que depois que a Doutora Gleids
104 desse sua opinião jurídica. Presidente disse que foi tentado entendimentos com as duas entidades no sentido
105 que fossem contemplados os interesses de ambas, já que documentalmente estamos descobertos. Disse que
106 o jurídico analisa em cima de documentos. Se formos analisar sobre os documentos que temos a vaga
107 pertence a AVAT. Disse que no intuito de ajustar da melhor forma, a Mesa Diretora falou até com a Secretária
108 Executiva da época (1998) onde foram obtidas algumas informações e as Conselheiras Clélia Brito, Alzita
109 Leão e Maria Cândida foram buscar informações registradas em atas, se houvessem. Mas, não existia esta
110 discussão. A informação encontrada é muito vaga para que possam juridicamente decidir definitivamente.
111 Disse que tem um ofício onde a FCD apresenta os membros ao Conselho, mas não existe documento do
112 Conselho solicitando que ela indicasse os membros. Disse que temos a metade da informação, falta a origem
113 que não foi encontrada. **Presidente** fez a leitura do ofício encaminhado pela FCD ao Conselho no dia 15 de
114 fevereiro de 1999: 'devido a falta de informação e contato com a Associação de Acidentados de Trânsito de
115 Mato Grosso estamos indicando provisoriamente a senhora Maria Auxiliadora de Campos e o senhor
116 Ambrosio Moreira de Souza para representar esta entidade no Conselho'. Disse que este é o documento que
117 existe, mas, reiterou, a sua origem não existe. Disse que recebeu a informação da Conselheira Clélia Brito
118 que não foram encontradas atas que poderiam esclarecer esta situação, não havendo nada registrado,
119 apenas informações. Disse que juridicamente informações só têm validade no judiciário quando o juiz convoca
120 uma pessoa para prestar depoimento. Disse que ficaram muito limitados para qualquer encaminhamento e por
121 isso precisamos hoje, deliberar de forma clara e responsável visualizando o Conselho Estadual de Saúde que
122 está acima de qualquer situação, ele deve ser preservado qualquer que seja a decisão do Pleno. **Conselheira**
123 **Clélia Brito** disse que atendendo a objetividade passaria a palavra para a Conselheira Alzita Leão, pois junto

3



SUS

Sistema
Único
de Saúde

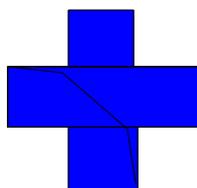
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

124 a Conselheira Maria Cândida estiveram juntas tentando buscar informações. **Conselheira Alzita Leão** disse
125 que não estavam desconfiando da informação da Secretaria Executiva, mas por uma questão de consciência
126 tiveram que rever os livros. Disse que no livro de nomeação consta que no dia 18 de março de 1993 a
127 entidade AVAT foi nomeada pela Lei Complementar n.º22/92 que estão todos os segmentos. Disse que a
128 AVAT não mandou representantes. Quando chegou ao biênio de 1995 a entidade já não aparece nas
129 nomeações, nem como entidade ou representantes. No biênio 1997-1998 novamente não aparecem a
130 entidade e os representantes. Daí surgiu o ofício da FCD. Disse que não conseguiram encontrar a ata, mas
131 segundo a secretária executiva da época, há um ofício da AVAT cedendo a vaga para a FCD. Disse que
132 verificando no Arquivo até o momento não conseguiram encontrar. Disse que encontraram apenas o ofício da
133 FCD indicando conselheiros para o biênio 1999-2001, sendo nomeados com publicação em Diário Oficial. A
134 partir de 1999 a FCD sempre foi nomeada como representante da AVAT. Reiterou que não foi encontrado
135 ofício da AVAT cedendo a vaga para a FCD. Disse que na ata da época não há discussão em que o Pleno
136 deliberava retirar a vaga da AVAT e passar para a FCD. Disse que a esperança das Conselheiras era
137 encontrar o ofício mencionado. Disse que ficaram aguardando resposta do Arquivo da SES, pois o documento
138 é do ano de 1999. Disse que estas são as informações a serem prestadas. **Presidente** disse que o
139 Conselheiro Ambrósio Moreira dizia ter documentos que comprovariam a situação. Solicitou desta forma que
140 os encaminhasse até o Conselho, mas até o momento isso não aconteceu. Disse que na reunião que tiveram
141 com o representante da AVAT também não foi apresentado documentos, a situação foi colocada verbalmente
142 pela entidade. Disse que na propositura que lhe havia feito este ano a representação conclui como está e no
143 ano que vem a AVAT indicaria representantes até que a Lei Complementar fosse revista, mas não foi aceito
144 pela AVAT. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que a Secretaria Executiva poderia fazer novo contato com o
145 Arquivo da SES para checar se encontraram o documento, até porque decorrido cinco anos os documentos
146 são micro-filmados. Observando o processo nenhuma das duas entidades tem o direito de estar
147 representando. Disse que a AVAT nunca se manifestou e não entregou CNPJ ou ata de fundação. Disse que
148 ele (Carlos) poderia pedir a nulidade do processo, se estivesse sendo citado. Disse que num segundo
149 momento esta entidade de acidentados poderia competir com a AMDE. Disse que como o parecer jurídico diz
150 que 'em caso negativo, ou seja, pela aplicação da penalidade recomendamos que seja feito por outra entidade
151 da mesma categoria'. Disse que a FCD falou que tem esta categoria. Disse que não viu o estatuto da FCD,
152 mas se ele tratar nos objetivos que atende as vítimas de trânsito, neste caso ela (FCD) está correta. Disse
153 que ela seria a entidade alternativa em relação a AVAT. Mas ela não reconhece o Conselheiro Ambrosio
154 Moreira como seu representante. Disse que pelo Regimento Interno quem se ausenta a três reuniões, no caso
155 da AVAT era para ter sido excluída, mas não foi. Reiterou que as duas entidades não têm representação
156 legal. Mas, seria o caso do Conselheiro Ambrosio Moreira encaminhar documentos que respaldassem a
157 representação (fim da gravação). **Conselheira Lilia Suely** que se faz presente presente, dá a devida
158 legalidade e se coloque em defesa de cada entidade que está aqui. A documentação é de total
159 responsabilidade da entidade que é a Secretaria de Saúde que guarda os documentos. A responsabilidade
160 não é dos conselheiros, eles não têm que ter em mãos todos os documentos que poderão necessitar em
161 qualquer momento. **Conselheira Leila Boabaid** disse estar constrangida por que reconhece a militância do
162 Conselheiro Ambrósio Moreira e depois de nove anos estão discutindo a permanência dele ou não. De acordo
163 com o parágrafo 5º, artigo 19, do Código Estadual de Saúde, que remete ao Regimento Interno do Conselho,
164 diz que as entidades podem ser substituídas pelo Pleno do Conselho. Implicitamente este Pleno já veio

4



SUS

Sistema
Único
de Saúde

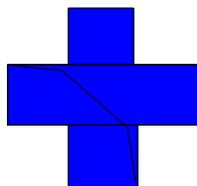
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

165 substituindo de forma errônea, erro formal, de falta de comunicação, sumiço de documento. O regimento
166 interno é um documento público que todas as entidades têm conhecimento. O que lhe chamou a atenção é a
167 existência legal no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, pois isso é fundamental. Em pesquisa realizada a
168 AVAT consta como pessoa jurídica sob o número 05740.156/0001-22, desde 17.01.2003. Disse que nossas
169 entidades têm que ter personalidade jurídica para estarem compondo assento no Conselho Estadual de
170 Saúde. Embora a Secretaria Executiva seja muito responsável, a Mesa Diretora encontrou um testemunho de
171 uma secretária executiva (da época) que é uma servidora pública, cujo testemunho é válido. Aquela
172 Secretária afirmou que o documento já existiu. Disse que teve a preocupação de analisar a organização da
173 FCD. Ela é uma organização internacional, estadual e que não trata apenas de deficientes, mas do doente
174 sem discriminação. Ela desenvolve integralmente os doentes e deficientes. Disse que existem diversos
175 aspectos que o Pleno tem que analisar. Disse que não conhece o trabalho da AVAT, pois não foi fornecido
176 nada que subsidiasse. O Pleno tem que ter a responsabilidade de admitir que foi conivente, que induziu o
177 Governador do Estado a nomear durante nove anos a FCD. Disse que o erro é formal, mas temos que
178 discutir e relevar a participação da FCD e que durante este período não foi reclamada pela AVAT. Disse que
179 conhece o Conselho há muitos anos e por isso está emocionada. Disse que o Conselho foi uma construção e
180 tudo que aprendeu sobre o controle social foi com a Conselheira Maria Cândida. Emocionada, disse que
181 temos que reconhecer as pessoas, os movimentos, a participação e a construção. **Presidente** refletiu,
182 levando em consideração as Colocações anteriores, (CNPJ) que na época em que foi feita a indicação (1999)
183 a AVAT teria que apresentar documentação. Se o Conselho solicitar que a AVAT apresente a documentação
184 da época, e caso não tenha, a questão pode estar encerrada. **Conselheiro João Dourado** disse que após a
185 definição por uma das entidades, o Conselho deve solicitar a documentação. Caso não tenham o Conselho
186 deve abrir convocação para todas as entidades do segmento para a concorrência da vaga, no campo que a lei
187 estabelece. **Conselheira Clélia Brito** disse que embora tenha tido parecer jurídico e a conclusão da
188 Comissão de Ética do Conselho, ainda estamos nas discussões preliminares. Disse, temos que levar em
189 consideração o depoimento da Secretária Executiva daquela época, Zulma Albuquerque, e de vários
190 conselheiros da época que afirmaram que houve a discussão e que existe um ofício onde a FCD substituiria a
191 AVAT. Disse que deve ser solicitado que as duas entidades comprovem se tinham documentação jurídica na
192 época para poder fazer parte do Conselho. **Conselheira Alzita Leão** disse que se a AVAT não tinha CNPJ
193 em 1993 fica óbvio que ela cedeu a vaga. O documento existe. Disse que um Presidente do Conselho não vai
194 ser tão irresponsável em nomear outras pessoas de outro segmento sem uma discussão no Pleno do
195 Conselho, ou sem documento. **Presidente** solicitou que as próximas falas fossem de encaminhamento, pois
196 aqui não está em discussão a importante participação do Conselheiro Ambrosio Moreira. **Conselheiro**
197 **Fabiano Borges** disse que vamos julgar a questão politicamente devido a falta de instrumentos, documentos
198 para análise da questão. Disse que alguém deve ter solicitado para a FCD fazer a indicação dos seus
199 representantes no Conselho, isto não surgiu do nada. Disse que para este biênio devemos legitimar a FCD
200 em detrimento da AVAT, considerando o julgamento político. E que para o próximo biênio possamos fazer
201 análise aprofundada. **Conselheira Jucélia Clara** disse que se formos solicitar o documento da entidade no
202 ano de 1993, teremos que rever as demais entidades que estão no Conselho desde aquela época. Se formos
203 seguir a recomendação do parecer, votaremos em cima do Regimento Interno, pois a ausência da entidade
204 (AVAT) favorece aquela que está hoje representando. Em função das faltas da AVAT ela deveria ter sido
205 substituída através de eleição. Encaminhou que o segmento usuário convoque as entidades da mesma

5



SUS

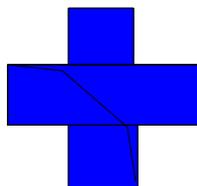
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

206 característica para eleição a fim de recompor este Conselho. Disse que não estamos aqui avaliando a
207 competência do Conselheiro Ambrosio Moreira, e se formos nos prender a isso acabaremos prejudicando a
208 outra entidade que está solicitando a vaga. **Conselheira Maria Aparecida** todos os seres humanos tem
209 tendências emotivas, temos que prezar pela racionalidade, quando estamos diante de uma questão que exige
210 o reconhecimento dos nossos erros e culpas. Disse que a Mesa Diretora deu encaminhamento parecido com
211 o da Comissão de Ética. Ela apenas não foi atrás de depoimentos, pois igual a questão jurídica se pautou em
212 documentos. Disse que quando discutiram a questão na Comissão ficou evidente que o Conselho tem muitas
213 falhas na condução das deliberações que se toma no Pleno. Ressaltou que hoje menos que anteriormente.
214 Disse que os Conselhos em nível de Brasil não funcionam como deveriam, eles tem dificuldades
215 principalmente na questão cartorial. Disse que houve um acordo político de tentar manter o que a legislação
216 preconizava que é a de manter um Conselho funcionando. No entanto, na medida em que o Pleno estabelece
217 a substituição o documento que a FCD manda é claro, pois diz 'provisoriamente estamos assumindo'. Então,
218 disse que este foi um acordo político e um acordo provisório que o Conselho não tomou providencias para
219 encaminhar posteriormente. Disse que apenas substituímos nomes de pessoas, não entidades.
220 Exemplificando, disse que não retiramos a representação da UFMT, mas retiramos o Conselheiro que estava
221 ausente. E não foi o que aconteceu nesta situação. A entidade permanece com a apropriação de uma vaga.
222 Disse que provisoriamente não significa eternamente. Houve uma falha de condução administrativa e cartorial
223 e o parecer jurídico aponta para isso. Disse que temos que trabalhar no racional, emocionalmente tem que
224 superar estas questões. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que achou importante a fala da Presidência
225 quando fala que as questões devem ser tratadas em cima de documentos. Disse que a justiça é cega, surda,
226 muda, mas não tarda. Citou o exemplo de uma ação ambiental de 26 anos e que ainda corre na justiça. No
227 caso em questão o parecer jurídico é perfeito e é um documento e temos que responde-lo na íntegra.
228 Conforme o parecer 'o Pleno do Conselho deverá deliberar quanto à nomeação regular dos membros'. Temos
229 que deliberar sobre isso. 'Como também a ausência da AVAT por tanto tempo'. Neste caso, disse que
230 remeteria para os primeiros encaminhamentos: a nomeação da AVAT ocorrida em 1993 que permitiu que ela
231 participasse deste Pleno por dois anos seguidos. Numa outra nomeação foi para participar do Conselho por
232 mais dois anos. Perguntou se ela veio ou não veio. Prosseguiu no parecer jurídico que 'propõe pela aplicação
233 da penalidade prevista no RI, artigo 7º'. Disse que como a justiça não tarda, encaminhou pelo parecer jurídico
234 que diz sobre a questão da ausência da AVAT e a aplicação do artigo 7º, exclusão. Em seguida, 'quanto à
235 nomeação irregular', ressaltou que é suposta nomeação irregular, levando-se em consideração a fala da
236 antiga secretária executiva, dos conselheiros da época, da existência de documento. Disse que nomeação
237 irregular não existe e que o seu encaminhamento é pela consideração da nomeação definitiva da entidade.
238 Disse que está reclamando a cerca de quatro meses quanto a situação da sua entidade. Mostrou o envelope
239 que recebe os documentos que diz: 'senhor Jose Carlos Bazan, ECO-3. Disse que representa o Movimento
240 Ambiental e Ecológico, ADERCO. **Conselheiro Antonio Cordeiro** tratou sobre a conclusão do parecer
241 jurídico. Disse que se formos tratar das penalidades, vão ser penalizados o Governador, a Secretária
242 Executiva da época, o Conselho. Disse que já havia perguntado em reunião anterior se a AVAT tinha CNPJ
243 na época. Disse que ficou provado que ela não tinha, pois o Cadastro é do ano de 2003. Disse que devemos
244 levar em consideração o trabalho do Conselheiro Ambrosio Moreira. Disse que concorda com o
245 encaminhamento feito pelo Conselheiro Fabiano Borges. Disse que sob qualquer aspecto, razão ou ação, vai
246 ser favorável ao Conselheiro Ambrosio Moreira. **Conselheiro Leandro Zitelli** disse que ninguém está



SUS

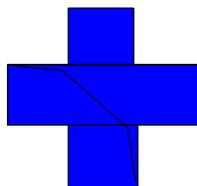
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

247 questionando o Conselheiro Ambrosio Moreira. Disse que estamos questionando a vaga de dois CNPJ. Disse
248 que ninguém está falando sobre nomes. O processo também não trata sobre o nome do Conselheiro. Disse
249 que tem plena consciência de que este Conselho não tem capacidade para julgar isso. Encaminhou que este
250 Conselho suspenda as duas entidades e que o caso vá para a justiça, pois ela tem o poder de ouvir
251 testemunhas e o Conselho não tem. Disse que há varias reuniões estamos discutindo este assunto e estamos
252 deixando de atender o público alvo, que precisa de atendimento e está sendo penalizado. Disse que tem
253 convicção e segurança que o Pleno não tem competência para tal julgamento. Disse que no caso existem
254 erros, mas que são passíveis do ser humano e quando os detectamos somos passíveis em corrigi-los e não
255 permanecer neles. Disse que o Conselheiro Ambrosio Moreira pode continuar prestando serviço ao Conselho
256 como convidado, assessor ou por outra entidade. **Conselheira Mázena Salah** conforme o Código Estadual de
257 Saúde, 'um representante da associação de proteção das vitimas do acidente do trabalho e trânsito'. Se
258 formos suspender as duas entidades, abre-se precedente para outras entidades da mesma representatividade
259 para que disputem a vaga. **Presidente** tomando como base o parecer jurídico que diz sobre a aplicação da
260 penalidade, ressaltou que adiante o mesmo diz 'em caso negativo de aplicação da penalidade,
261 recomendamos que fosse feito por outra da mesma categoria haja vista previsão legal existente'. Disse que
262 isto confirma o encaminhamento da maioria dos Conselheiros. Ainda o parecer 'caso o Conselho não delibere
263 pela penalidade, entendemos que seja viável pela nomeação dos representantes da AVAT'. Disse que o
264 Conselheiro Leandro Zitelli acertadamente falou que não podemos continuar discutindo sobre o assunto, pois
265 temos tantos outros importantes. A seguir, para que não restasse a menor dúvida do Pleno, fez a leitura dos
266 encaminhamentos: dos Conselheiro Fabiano Borges e Antonio Cordeiro pela manutenção da FCD neste
267 biênio; das Conselheiras Jucélia Clara e Maria Aparecida seguir o Regimento e solicitar que o segmento
268 usuários chame todas as entidades desta representação para a disputa da vaga; do Conselheiro Leandro
269 Zitelli de suspender as duas entidades e que elas reivindicuem o seu direito na justiça; do Conselheiro Jose
270 Carlos Bazan seguir o parecer jurídico aplicando o artigo 7º a substituição da AVAT e considerar a nomeação
271 definitiva da FCD. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que o seu encaminhamento converge com o das
272 Conselheiras. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que o seu encaminhamento converge com do Conselheiro
273 Jose Carlos Bazan e Conselheiro Leandro Borges, ficando apenas um da seguinte forma: votar pela
274 manutenção ou não da FCD em detrimento da AVAT ou remeter à justiça para deliberação do caso.
275 **Conselheiro Carlos Eilert** disse que temos colocar em votação primeiro se suspendem ou não as entidades.
276 Se o Pleno julgar que não suspenderá, deverá votar pela manutenção de uma delas. **Conselheiro Jose**
277 **Carlos Bazan** disse que o documento trata de nomeação irregular, então devemos votar se ela está ou não
278 irregular. **Conselheira Lilia Suely** encaminhou que deve ser seguido o regimento que trata da exclusão e
279 remeter a decisão da nova escolha para o segmento de usuários, próximo biênio. **Conselheira Jucélia Clara**
280 disse que está propondo que a escolha da nova entidade seja feita para nomeação neste biênio (2008-2010).
281 Disse que o seu encaminhamento não converge com o do Conselheiro Fabiano Borges que propõe a
282 manutenção da FCD durante todo este biênio. **Presidente** informou que a assessoria jurídica estava
283 advertindo que caso o Pleno diga que a FCD está irregular no Conselho todos os atos de participação do
284 Conselheiro Ambrósio Moreira também não terá validade. **Conselheiro José Carlos Bazan** solicitou questão
285 de ordem. Disse que faz quatro meses que reclama que está assinando por outra entidade e garantem que
286 vão arrumar. **Magaly de Souza** solicitou questão de ordem pela Secretaria Executiva. Afirmou que o
287 Conselheiro Jose Carlos Bazan não está assinando por outra entidade. Disse que a sua vaga é do Movimento



SUS

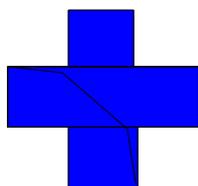
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

288 Ambientalista. Disse que como a sua entidade está participando a muito tempo do Conselho o Conselheiro
289 tem a responsabilidade de convocar as sessenta entidades ambientais (conforme ele mesmo disse) para a
290 disputa da vaga e não se sabe quantas ele tem chamado para isso. Disse que o Conselheiro está nomeado
291 corretamente. A vaga pertence ao Movimento Ambientalista e Ecológico e o Conselheiro está nomeado como
292 titular representando a ADERCO. **Conselheira Mázena Salah** disse que caso o Conselheiro Ambrosio
293 Moreira não permaneça no Conselho os seus atos não terão validade, no livro de presença ele está assinando
294 e representando a Associação de Vítimas de Trânsito. Perguntou para a assessoria jurídica como ficaria a
295 legalidade de todos os atos assinados pelo Conselheiro se caso saísse a AVAT e ficasse a FCD com o
296 mesmo representante. **Conselheira Alzita Leão** disse a responsável do Protocolo da Secretaria de Saúde,
297 senhora Odete, acabou de ligar dizendo que ainda está verificando o documento solicitado junto ao Arquivo
298 Público. Disse que está pesquisando a partir do mês de julho de 1999 até dezembro de 1999. Disse que se o
299 ofício da AVAT cedendo a vaga para a FCD existir será uma prova quanto a não nulidade dos atos assinados
300 pelo Conselheiro Ambrosio Moreira. **Presidente** colocou em votação os encaminhamentos finais: manutenção
301 da FCD até o encerramento deste biênio (2008-2010), suspensão das entidades e escolha de nova entidade
302 da mesma representação pelo segmento usuários, ou suspensão das duas entidades e que elas busquem
303 seus direitos juridicamente. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que caso a FCD permaneça como ela vai
304 assinar: AVAT ou FCD. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que quando o Conselheiro Leandro Zitelli
305 propôs suspender as duas entidades, é o mesmo que aplicar o RI. Perguntou, neste caso, como ficaria a
306 questão da vaga (paridade). (falas sem microfone). **Conselheiro João Dourado** disse que apenas
307 recentemente e ele e a maioria dos conselheiros chegaram à conclusão que o Conselheiro Ambrósio Moreira
308 não representa a AVAT. Disse que a entidade teve 100% de presença o ano de 2007. Disse que a divergência
309 são os membros titular e suplente que estão indevidos e não a entidade. **Conselheiro Leandro Zitelli** disse
310 que o seu encaminhamento foi claro, o que está em dúvida é a questão da paridade. Disse que quando uma
311 entidade entra juridicamente as entidades tem o poder de pedir mandado de segurança, fazer parte da mesa,
312 até que se julgue. Disse que isto não vai expor o Conselho. Disse que aqui não estamos vendo a vaga, mas a
313 pessoa física. Disse que não vamos ficar sem paridade, por que quando alguma for para a justiça terá o
314 mandado na mão e vai sentar nesta cadeira cumprindo ordem judicial até que julgue. (fala do Conselheiro
315 Pardal sem microfone). **Presidente** disse que se o caso for encaminhado para a justiça o Assessor Jurídico
316 do Conselho, que vai ser nomeado, vai defender (o Conselho). **Conselheira Maria Aparecida** disse que sua
317 proposta e da Conselheira Jucélia Clara vai ser convergida com a dele(?). **Presidente** novamente proferiu a
318 leitura dos encaminhamentos restantes: suspensão das duas entidades, pois não ter subsídios legais e claros
319 para isso. **Conselheira Leila Boabaid** interrompeu solicitando questão de ordem. Disse que chegou a suas
320 mãos Ofício Circular n.º017/01, de 28.11.01: 'prezados senhores e senhoras. Estamos nos aproximando do
321 final do biênio 1999-2001 e conforme prevê o RI este mandato se finda em dezembro, podendo os atuais
322 representantes ser reconduzidos ou substituídos. Assim solicitamos que nos seja encaminhada a decisão do
323 Pleno desta entidade com copia da ata da reunião que deliberou esta matéria, com a máxima urgência, a fim
324 de que possamos organizar a nova composição do Conselho Estadual de Saúde para o próximo biênio, 2002-
325 2004. Sabedores do comprometimento de Vossas Senhorias com as questões da saúde e da relevância da
326 participação deste segmento neste Colegiado almejavam que o membro indicado promova efetivamente a
327 articulação deste CES com a sociedade civil organizada garantindo os interesses da coletividade e a
328 efetivação do SUS. Estamos à disposição de todos para orientações através de nossos telefones.



SUS

Sistema
Único
de Saúde

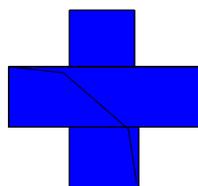
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

329 Atenciosamente. Júlio Strubing Muller Neto, Secretário de Estado de Saúde e Presidente do CES-MT'.
330 **Presidente** disse que este ofício não esclarece nada sobre o assunto. Prosseguindo, colocou os
331 encaminhamentos que restaram convergentes: pela manutenção da FCD durante este mandato (2008-2010)
332 ou suspensão das duas entidades juridicamente. **Conselheiro João Dourado** disse que caso suspendam as
333 duas entidades o Conselho deve lançar resolução ou edital convocando entidades, no campo que está na lei,
334 para que possam estar habilitadas por este Pleno a substituir. **Presidente** disse que é sabedor disso e que
335 aquela entidade que for suspensa vai entrar na justiça imediatamente com mandado para garantir a
336 participação até que se resolva. Solicitou que tenham consciência na hora de votar, pois a decisão pode ter
337 respingos e desdobramentos para todos e que devemos nomear uma assessoria jurídica para defender o
338 Conselho. Em votação, o encaminhamento de manutenção da FCD neste biênio obteve doze votos a favor.
339 Em votação, o encaminhamento da suspensão das duas entidades obteve nove votos a favor. Dois
340 Conselheiros se abstiveram de votar em qualquer um dos encaminhamentos. **Conselheiro Leandro Zitelli**
341 solicitou que fosse registrado em ata, para efeitos jurídicos, que o SINDESSMAT votou contra a proposta de
342 manutenção da FCD. **Conselheiro Carlos Eilert** solicitou que fosse registrado em ata que o Conselho
343 Regional de Educação Física votou contra a proposta de manutenção da entidade, por não estar dentro dos
344 esclarecimentos jurídicos necessários e que o ofício circular que fora lido é do ano de 2001 e a FCD está no
345 Conselho desde 1999. **Conselheira Maria Aparecida** solicitou que fosse registrado em ata que o Conselho
346 Regional de Psicologia votou pela legalidade, legitimidade e ética. **Conselheira Jucélia Clara** que se registre
347 em ata que o Conselho Regional de Serviço Social votou contra a manutenção da entidade. **Presidente** disse
348 que com certeza a AVAT estará movimentando a questão juridicamente e caberá ao Conselho fazer a defesa.
349 **Conselheira Alzita Leão** registrou que o ofício circular lido não era o documento que está sendo pesquisado.
350 **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que a sua entidade entende que as conclusões do parecer jurídico
351 foram acatadas pela proposta que visa a permanência da FCD até o final do biênio. Disse que a nomeação
352 irregular dos membros a partir da efetiva nomeação da FCD está respondida, quanto a ausência da AVAT foi
353 aplicado o artigo 7º, em caso negativo a penalidade foi executada e será executada no final do biênio.
354 **Presidente** solicitou que fossem comunicadas as duas entidades de forma oficial sobre a decisão do
355 Conselho. Solicitou a presença no Pleno dos representantes das duas entidades para que também fosse
356 comunicada a decisão e relatou o resultado final para ambos. **V Plenária Estadual de Conselhos de Saúde -**
357 **Conselheira Maria Cândida** disse que foi criada a Comissão Organizadora da V Plenária que não conseguiu
358 se reunir para eleger o coordenador do evento. Solicitou discutir pela criação de nova comissão e nova data
359 de realização. Disse que temos que realizá-la até o dia 30 de novembro de 2008. Disse que houve uma
360 reunião em Brasília, da Coordenação Nacional, mas que não foi possível participar em decorrência de
361 problemas pessoais. Disse que estará presente na próxima reunião nos dias 15 a 17 de setembro para
362 discutir a Plenária Nacional. Sob a condução da **Vice-Presidente** a mesma perguntou se os atuais membros
363 da Comissão Organizadora desejam permanecer na composição. **Conselheiro João Dourado** solicitou a sua
364 substituição por falta de agenda. **Conselheiras Ingrid Handell, Maria Cândida e Maria Aparecida** desejam
365 continuar compondo a Comissão Organizadora. O Pleno deliberou pela inclusão do nome da Conselheira
366 Suely Correa, em substituição ao Conselheiro Joao Dourado. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que a nova
367 data não pode coincidir com o pleito municipal. Deliberou pela nova data da realização da V Plenária, no
368 período de 19 a 21 de novembro de 2008, sendo a abertura no primeiro dia, e por unanimidade decidiu que a
369 Conselheira Maria Cândida fosse coordenadora do evento. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que vinte e três

9



SUS

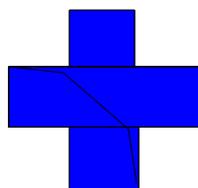
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

370 votaram na pauta anterior, mas tem apenas 22 assinaturas no livro. **Presidente** disse que vai determinar que
371 a Secretaria Executiva confira e informe no Pleno. **Presidente** solicitou inversão de pauta 4.3 para o período
372 da tarde. E passar ao 4.4 e 4.5. **Conselheira Clélia Brito** solicitou que ele fosse no primeiro ponto no período
373 da tarde. Aprovado. **Relatório de Gestão 2007 – Saúde no Sistema Prisional - Senhora Marion** disse que
374 não foi possível encaminhar o relatório com antecedência, por sobrecarga devido ao PTA-2009. Trata-se do
375 Plano Operativo do Sistema Penitenciário de Mato Grosso. Iniciando, apresentou quadro demonstrativo da
376 população prisional do estado, unidades prisionais (penitenciárias). Disse que o Plano Operativo iniciou em
377 2004, com a participação da SES, SEJUSP e SMS DE Cuiabá, Rondonópolis e Santo Antonio Leverger. A
378 elaboração teve como base a portaria ministerial 1777 que aprova o plano nacional de Saúde no sistema
379 Penitenciário. Gestão do Plano é conjunta SES e SEJUSP e a gerencia das ações é da SEJUSP. Disse que o
380 estado recebe incentivo financeiro para o sistema penitenciário. Entre outros objetivos do Plano destacam-se
381 ações de promoção e prevenção de agravos nas unidades e organização de referencia para os serviços
382 ambulatoriais especializados e hospitalares. Disse que nada mais do que incluir esta população no SUS,
383 tendo em vista a universalidade. Cobertura das equipes com equipe mínima composta por médico,
384 odontólogos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, auxiliar de enfermagem e de consultório
385 odontológico. Disse que temos sete equipes cadastrada, uma para cada unidade prisional. De acordo com a
386 portaria, uma equipe para cada 500 presos. Infra-estruturas das unidades existem convênios firmados para
387 reforma em 2008. Execução orçamentária foi realizada termo de cooperação técnica em 2007. Disse que
388 temos recurso financeiro recebido e como a execução está sob a responsabilidade da SEJUSP por questão
389 orçamentária e de rubrica ainda não conseguiram, por isso estão com problema administrativo que emperra a
390 execução do incentivo, tendo em vista problemas relacionados a pregão e licitação. Por isso em 2007 pensou
391 nesta nova alternativa, ou seja, a SEJUSP estaria efetuando o processo e a SES por ter o dinheiro na conta
392 faria o pagamento. Esta definição acabou sendo resolvida em outubro de 2007. Disse que foram realizadas
393 compras diretas naquele ano. Recursos humanos a contratação dos profissionais é pela SEJUSP, abre-se
394 processo seletivo, mas não aparecem candidatos. Foram realizadas capacitações para os profissionais, uma
395 ação em parcerias com as secretaria envolvidas. Disse que estão monitorando os relatórios mensais, visitas
396 em unidades. Ações desenvolvidas são de rotinas na unidade: controle da tuberculose, hipertensão e
397 diabetes, e mutirões para busca de casos, consultas, exames laboratoriais, entrega de medicação, extração
398 dental, preventivo, pré-natal, avaliação do paciente, campanha para diagnostico HIV e AIDS, imunização e
399 outros. Referencia alta e media complexidade sob a responsabilidade do estado. Os medicamentos são
400 repassados pela SES e Ministério da Saúde, mas como complementação utilizaram recursos do incentivo.
401 Avaliação sanitária está sendo realizada este ano, com perspectiva de apresentar a fragilidade e real
402 necessidade. Dificuldades: contratação profissionais de medicina, capacitação de profissionais,
403 intersetorialidade. Execução financeira do incentivo destinado para o custeio das unidades com material de
404 consumo, permanente e reforma. Disse que existem processos em andamento que não conseguem finalizar.
405 Disse que tem dificuldade de executar as ações dentro de uma unidade prisional como as políticas de saúde
406 prevêm, esbarrando em campanhas e trabalhos educativos. Desafios: melhoria na infra-instrutora,
407 organização do sistema de informação, composição das equipes mínimas, implantação protocolos essenciais,
408 construir política de pactuação de medicamentos e outros. Abrindo os debates, **Conselheiro Carlos Eilert**
409 disse que não aparece no relatório quantos casos de tuberculose, febre amarela existe e por sexo. Repasse
410 de recursos se o dinheiro é repassado pelo Fundo de Saúde, por que tem aplicação financeira e sobre a



SUS

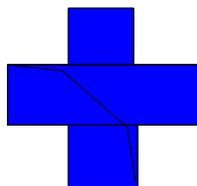
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

411 Central de Regulação parece que ela tem preferência em relação aos usuários normais do SUS. Pelo relatório
412 tem fácil acesso aos hospitais e cotas de exames. Disse que os outros pacientes ficam esperando até um
413 ano. Quanto aos medicamentos, perguntou sobre os 51 mil reais. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse que
414 concordava com as colocações do Conselheiro Carlos Eilert sobre a avaliação epidemiológica. Dúvida em
415 relação ausência da atividade física, na promoção e prevenção. Solicitou que esclarecesse mais sobre a
416 referência e contra-referência se existe dificuldade de acesso. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse
417 anteriormente já acompanhou a questão quanto aos recursos e em função das licitações que não conseguem
418 comprar. Disse que já tinha encaminhado que a SEJUSP deveria administrar o recurso para garantir agilidade
419 nas aquisições. Perguntou como está o trâmite das aquisições. **Marion** quanto ao numero de casos vai inserir
420 no relatório. Quanto as cotas a espera existe também para a população prisional, disse que todas as unidades
421 tem a sua cota. **Senhora Lenir** disse que existe cotas para a realização das consultas que chegam a demorar
422 de dois a três meses para conseguir. Disse que não tem prioridade de atendimento. **Senhor Sebastião** disse
423 que existe um agravante com relação a clientela. Disse que como gerente 'corre atrás' e não fica esperando
424 apenas a Regulação. Disse que os atendimentos nas unidades de saúde prisionais é exatamente igual aos
425 das Policlínicas. Disse que tentam fechar os atendimentos dentro das unidades para evitar que a clientela
426 tenha que sair para buscar especialidade fora. Disse que avançaram nas imunizações e vacinas, as coletas
427 são feitas dentro das unidades. **Senhora Lenir** mostrou as consultas e os agendamentos. Disse que Água
428 Boa tem dificuldades por que lá são consórcios de saúde e não sobra vaga para o preso, são atendidos com
429 medida judicial. Quantos aos horários os médicos atendem três vezes por semana, seu horário é reduzido. As
430 equipes em Cuiabá têm carga horária de 40 horas. Processos licitação ainda não estão concluídos, estão na
431 SAD na fase de autorização. Mesmo o processo sendo realizado na SEJUSP ele precisa ir para a SES para
432 avaliação que demora até 30 dias. **Senhora Marion** disse que para as questões do repasse de recurso
433 colocado pelo Conselheiro não tem informações sobre isso. Disse que o Plano é com uma dimensão em nível
434 de SUS e com co-responsabilidade muito grande entre as secretarias. Infelizmente na Secretaria de Saúde
435 não tem equipe trabalhando neste Plano. Disse que como tem outras atribuições não tem condições de dar
436 andamento a tudo que o Plano preconiza. Tem questões de ordem administrativa que o processo está na
437 gestão e não sabe dizer por que ele não anda. **Presidente** quanto à aplicação financeira, como o recurso é
438 federal não pode deixar parado na conta, tem que fazer aplicação e o rendimento é revertido para o
439 Programa. **Conselheiro José Carlos Bazan** perguntou no caso da Colônia Agrícola da Palmeira, como está
440 sendo feito o processo da montagem da equipe, pois a população é menor. Disse que no caso de Sinop quem
441 está prestando o atendimento é a Equipe de Saúde da Família, perguntou se há como as equipes receberem
442 incentivos pelo atendimento. **Conselheira Leila Boabaid** perguntou quando é feita a identificação do
443 comunicante, no controle da tuberculose. **Senhor Sebastião** disse que é feita em todos os momentos, pois
444 tem triagem admissional com todas as informações, inclusive tiragem de sangue. Disse que fizeram
445 campanha por que ela está agravante neste ano. Disse que estão criando unidade para plantão, com técnica
446 de enfermagem que dá direcionamento daquilo que acontece no dia-a-dia, a praticidade. **Presidente** o TCE
447 autorizou de forma emergencial obras nas unidades. **Conselheira Maria Aparecida** com relação a
448 capacitação de recursos humanos, são direcionadas ao público específico. Nas oficinas de aconselhamento
449 estão direcionando ao Serviço Social. Disse que devem pensar em capacitação de equipes multidisciplinares.
450 Com relação ao horário de trabalho é quarenta horas, a exceção do médico. Perguntou se todos têm
451 periculosidade. Por fim disse que deveríamos ter espelho das doenças mais prevalentes. **Conselheiro**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

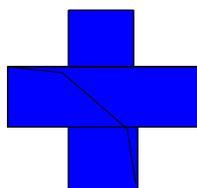
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

452 **Leandro Zitelli** disse como tem dificuldade de contratar pessoal, a alegação é a questão salarial. Perguntou
453 se ela está abaixo do normal. **Senhora Marion** quanto as unidades com menos de cem pessoas presas, tem
454 cadastradas no CENES a unidade de Santo Antonio do Leverger que não necessita de equipe fixa lá dentro.
455 Quanto as cadeias a Portaria 1777 fechou para penitenciárias. Disse que um grupo do Ministério da Saúde
456 discutindo quanto as cadeias, oficialmente não existe nada concreto. Quanto as capacitações foram
457 programadas e executadas pelos responsáveis de cada área técnica. Disse que a sua coordenadoria não
458 realizam diretamente as capacitações. Disse que tem projeto na ESP para capacitação em saúde mental.
459 **Senhora Lenir** quanto a periculosidade ainda não tem resposta sobre isso em nível de secretaria. **Senhor**
460 **Sebastião** disse que não conseguiram contratar médicos, o salário é de 1.300 reais. Disse que conseguiram
461 avançar com a parceria na SES. Disse que contra a rubéola o sistema saiu na frente na campanha. Disse que
462 imunizaram geral 100% em 2008. **Conselheiro João Dourado** encaminhou a questão da insalubridade,
463 perguntando se há possibilidade da SES resolver a questão juntamente com a SEJUSP. **Victor Rodrigues**
464 disse que não se trata apenas da questão salarial, mas a questão é do risco. Disse que é uma situação
465 delicada. Disse que a SES já discutiu tentar pagar a periculosidade com base no salário da SES que com os
466 acréscimos ficaria em torno de 2.900 reais, mesmo assim ninguém quis. A situação é delicada e o trabalho é
467 heróico. Disse que o profissional tem que ter o desejo de ficar lá. **Conselheiro Ambrosio Moreira**
468 encaminhou que aumente o numero de equipe para melhorar o suporte no atendimento. **Senhor Sebastião**
469 disse que o profissional existe o que falta é vontade política. Disse que a situação está falta de ser resolvida,
470 solicitou ajuda do Conselho. **Presidente** disse que vai solicitar ao Secretário de Justiça que iguale ao da
471 saúde pelo menos o salário dos médicos. **Senhor Sebastião** disse que deveria ser de forma macro, pois o
472 técnico corre o mesmo risco e ganhe 700 reais. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** perguntou se a compensação
473 pode ser feita. **Conselheira Alzita Leão** disse que a insalubridade deve ser incluída na lei de carreira.
474 **Presidente** disse que vai conversar com o Secretário de Saúde. Colocado em votação do Relatório de Gestão
475 foi aprovado por unanimidade. **Situação dos Medicamentos para Pacientes Transplantados - Victor**
476 **Rodrigues** (...) disse que ela é local, não tem poder em São Paulo a indústria fazer alguma. O estado para
477 fazer aquisições de insumos tem que lançar mão de recursos próprios. Disse que a indústria está se
478 associando a situações de burlar a legislação gerando processos cíveis de liminares para entrega de
479 medicamentos, por que sabem que nas liminares são obrigados a comprar pelo preço que vende. Se não tem
480 o medicamento para o transplantado ele entra com liminar e vai ser atendido pelo preço que a indústria
481 ofertar. Disse que a SES tem passado por isso, bem como a gestão do SUS em nível nacional. Disse que
482 neste momento não passamos por falta de medicamentos. Disse que o estoque regulador, principalmente o
483 nicofenolato está com estoque baixo podendo ter risco de desabastecimento. Disse que a Coordenadoria de
484 Assistência farmacêutica não está deixando faltar. Disse que não existe risco imediato de faltar para a
485 população. **Presidente** cada estado tinha um valor. Disse que no nosso caso pagávamos até quinze vezes
486 mais que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O MS baixou portaria com Coeficiente de Ajuste de
487 Preços. Preço médio a ser praticado tem que ser da fábrica e 24.9% de desconto o que veio gerar muitos
488 problemas. Disse que tem outra portaria aplicando o CAP quando a compra for judicial em qualquer farmácia.
489 Disse que não vamos conseguir comprar. Disse que fizeram pregão de 80 itens, mas apenas vinte foram
490 viáveis. Disse que vai participar do próximo pregão para informar aos fornecedores que são exclusivos do
491 estado que se não cotarem preços vai denunciá-los ao Ministério Público e ao laboratório, para se resguardar
492 enquanto gestor. Disse que o grande problema chama-se 'como comprar', pois não temos poder de barganha.

12



SUS

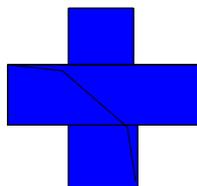
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

493 Disse que a CAF está organizada. Disse que ainda tem situações que não tem planejamento que de conta.
494 Disse que tem a fabrica de liminares, de fornecedores e de servidores. **Conselheiro Gelson Camargo** disse
495 que este ano tivemos três faltas gritantes dentro do estado, recentemente a falta de tracominos. Disse que
496 está preocupado com o baixo estoque, conforme relatou o Victor Rodrigues. Disse que na SES houve
497 mudança de gerencia de aquisição de medicamentos causando transtorno para os pacientes. Disse que antes
498 era a CAF quem fazia a aquisição. Disse que necessita esclarecer quais as medidas que serão tomadas para
499 evitar a falta de medicamentos. **Presidente** disse que a falta é por que não se consegue comprar. Disse que
500 os pregoes tem sido realizada da mesma forma, não é a equipe. Disse que esforços estão sendo feitas,
501 fizeram adesão ao registro de preços de Mato Grosso do Sul. **Conselheira Clélia Brito** perguntou quem está
502 coordenando os medicamentos e a que superintendência ela está ligada, embora pelo organograma pareça
503 que está na SUAIS, conforme apurou a Secretaria Executiva. **Presidente** disse que foi criada a SUINS
504 vinculada ao Secretário de Saúde. Disse que embora tenha conseguido organizar o setor, agora voltou a ser
505 coordenadoria ligada ao Secretário Adjunto de Saúde, Victor Rodrigues para poder garantir agilidade. Disse
506 que quem ocupa a coordenadoria é uma técnica de carreira, senhora Margarete, que já vinha assessorando.
507 **Conselheira Lilia Suely** disse que seria interessante que o Victor Rodrigues tivesse trazido por escrito, no
508 detalhamento para clarear o entendimento. **Presidente** esclarecendo ao Conselheiro Leandro Zitelli disse que
509 aquele medicamento que o MS cobre através de portaria o estado emite APAC. Posteriormente o Ministério
510 envia o dinheiro para o estado. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** segundo o senhor Victor Rodrigues por
511 enquanto a situação está resolvida apenas com questão de baixo estoque. Mas o Secretário nos apresentou
512 um panorama que de oitenta itens a maioria não está conseguindo ser renovado. Havendo possibilidade de
513 estrangulamento. Disse que está preocupado com isso. Perguntou se há como aprovar resolução no sentido
514 de encaminhar ao Conselho Nacional a mudança ou alteração dos preços dos medicamentos, tentando definir
515 política condizente. **Presidente** disse que os 80 itens são de medicamentos em geral, o Victor Rodrigues falou
516 apenas para pacientes transplantados. Quanto à resolução para o CNS disse que não sabe se resolveria o
517 problema. Disse que o Ministério tentou disciplinar fazendo com que a indústria farmacêutica segurasse os
518 preços. Disse que o reflexo foi positivo. Disse que muitos preços de medicamentos foram reduzidos. **Victor**
519 **Rodrigues** de acordo com levantamento da equipe técnica há um risco premente. Disse que quando fala em
520 medicamentos excepcionais, tem para endometriose, disse que ninguém morre de endometriose, apenas as
521 mulheres sofrem. No caso do transplante que é prioridade tem esforço diferenciado para que não haja falta.
522 Disse que havia solicitado à CAF o levantamento dos medicamentos, mas não houve tempo para concluir.
523 Disse que se compromete a encaminhar à secretaria executiva a atual lista de estoque de medicamentos.
524 **Período vespertino conduzida pela Conselheira Clélia Brito. Conselheiro Gelson Camargo** disse que na
525 pauta da reclamação de vaga, não votou, pois o seu titular estava presente e quer que se registre em ata.
526 **Conselheiro Carlos Eilert** disse que este assunto estava pacificado. Se o conselheiro mantiver o registro
527 quer refazer a recotagem dos votos. Naquele momento eram vinte e três votantes e vinte e uma assinaturas.
528 Disse que o momento não é este, caso contrário vai levar a matéria para o Ministério Público opinar. Disse
529 que a matéria foi pacificada. A pedido da Presidente os Conselheiros solicitaram que desconsiderassem suas
530 colocações. **Presidente** registrou a presença da professora Patrícia e dos alunos do curso de enfermagem da
531 UNIC. **Conselheiro Ambrosio Moreira** em relação ao PTA-2009 o mesmo precisa ser apreciado pelo Pleno,
532 encaminhando reunião extraordinária para o dia 10 de setembro. **Presidente** que a proposição seja discutida
533 no ultimo ponto de pauta. **Comissão Especial para Elaborar par apresentação de planos, projetos e**



SUS

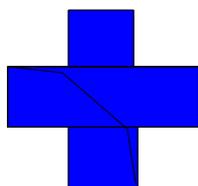
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

534 **relatórios no CES-MT - Presidente** que as comissões tanto permanentes como especiais elejam seus
535 coordenadores, pois precisamos fazer agenda. Disse que o CNS as comissões tem agenda e toda a demanda
536 que vem da área técnica é encaminhada para as comissões. Elas se reúnem a cada dois meses atende a
537 demanda do CNS. Disse que temos trabalho diferenciado, trabalhar a agenda e apresentar no Pleno, para
538 melhor se organizar. Disse que os Coordenadores devem chamar seus pares e construir a agenda. Disse que
539 a Comissão especial é para elaborar a metodologia de apresentação de programas, projetos, convênios, para
540 estabelecer uma apresentação única. **Conselheira Maria Aparecida** disse que a proposta é criar espinha
541 dorsal para apresentação única. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que a apresentação do relatório do
542 sistema prisional faltou um dado importante: quantas pessoas foram atendidas em 2007. Disse que a missão
543 desta comissão é estabelecer o que minimamente deve conter um relatório a ser apresentado no Pleno.
544 Ficaram indicados os seguintes conselheiros: Jose Carlos Bazan, Leandro Zitelli, Mázena Salah, Ingrid
545 Handell e Márcia Folador. **Comissão Especial para Revisão da Lei Complementar n.º22/92 - Presidente**
546 passou a presidência da matéria para a Conselheira Maria Luiza Ortiz, pois irá se candidatar nesta comissão.
547 **Presidente** disse que faria proposição de candidatos por segmento. **Conselheiro João Dourado** disse que
548 nesta comissão é importante ter a presença do segmento governo, pois ele tem que estar sensibilizado, pois a
549 proposta vai ser encaminhada pela gestão ao Poder Legislativo. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que
550 devemos resgatar para o entendimento dos visitantes o que é a Lei Complementar n.º22/92. **Conselheira**
551 **Leila Boabaid** esclareceu que a LC 22 é o Código Estadual de Saúde. Nesta lei tem capítulo destinado ao
552 controle social. Disse que vamos revisar apenas este capítulo. Disse que o capítulo IV trata da gestão do
553 SUS, que inclui as Conferências, o Conselho, a Composição, a Presidência que é nata e deve ser eleita.
554 Atualmente a lei garante todos os assentos por segmentos e esta é uma das questões que deve ser alterada.
555 Disse que a sociedade muda e as leis devem acompanhar estas mudanças. **Conselheiro Fabiano Borges**
556 disse que na 13ª Conferência a Conselheira Leila Boabaid apresentou a proposta determinado tempo de
557 mandato dos Conselheiros. **Conselheira Leila Boabaid** disse que a proposta foi aprovada e incluída no
558 Relatório Final. **Conselheira Lilia Suely** disse que a 13ª Conferência aprovou que o mandato seja de três
559 anos. **Conselheira Maria Aparecida** disse que está no site do CNS que o mandato será de dois anos
560 permitida uma recondução. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que outra recomendação da Nacional é
561 que o segmento governo não poderá ser indicado, mas votado. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que o
562 Conselho poderia estar fazendo gestão junto ao curso de enfermagem para esclarecimentos sobre o Conselho
563 Estadual de Saúde. **Presidente** apoiou o encaminhamento, pois há uma discussão sobre como a academia
564 vem formando os profissionais que deixam a Universidade sem saber o que é o SUS e o controle social é o
565 tripé do Sistema Único. Disse para a professora presente que o CES está à disposição da Universidade.
566 **Conselheira Clélia Brito** informou que esta comissão é para trabalhar o Capítulo IV, apenas nos seguintes
567 artigos: 18 da composição e 19 da presidência do CES-MT, para atender as disposições da Resolução
568 n.º333/03. Ficaram eleitos os seguintes conselheiros: Ambrosio Moreira, Clélia Brito, Mázena Salah, Leila
569 Boabaid e Carlos Eilert. **Política Estadual de Saúde Mental da Criança e do Adolescente - Aurea**
570 **Lambert, da Coordenadoria de Ações Programáticas.** Disse que agradece a oportunidade de poder
571 mostrar aquilo que o Conselho tem dentro desta política. Disse que a Política Nacional está sendo trabalhada
572 em prol de propostas para ser inserida dentro da Política de Saúde Mental da Criança e Adolescente. Disse
573 que ainda não existe política definida, apenas discussões intersetoriais para trabalhar a saúde mental das
574 crianças e adolescentes. Disse que o estado também não tem a sua política definida. Disse que a saúde



SUS

Sistema
Único
de Saúde

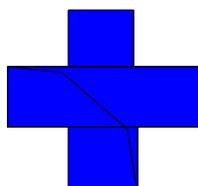
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

575 mental é um problema sério na saúde pública. Além disso, disse que a estimativa leva a se preocupar com a
576 questão da criança e adolescente. Pois de 10% a 20% dessa população sofre de transtornos mentais e destes
577 3% a 4% necessitam de atendimento intensivo. Disse que as patologias mais freqüentes estão dentro da
578 deficiência mental, autismo, psicose infantil, transtorno de ansiedade e uso de substância psicoativa. Disse
579 que dentro da política de saúde mental existe esta lacuna que estão trabalhando com propostas. O Estado
580 tem três CAPSI, sendo em Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis. Em Cáceres tem projeto aguardando
581 documentações do município para encaminhar ao Ministério. Disse que precisamos trabalhar a
582 intersectorialidade e estão discutindo com a Secretaria de Justiça para prestar assistência a saúde as crianças
583 infratoras. Disse que estão trabalhando rede ampliada com os municípios para estar compondo o grupo para
584 traçar a proposta de atendimento nesta área no seu município, haja vista o Pacto pela Saúde. Disse que os
585 municípios devem trabalhar seus indicadores prioritários e deve colocar a saúde mental como prioridade.
586 Disse que devemos criar ações de saúde mental dentro da atenção básica até a terciária. Disse que os CAPSI
587 são ações mais intensivas para mais de cem mil habitantes. **Senhora Valéria**, responsável técnica pelo
588 CAPSI de Cuiabá. A atenção a saúde mental infanto juvenil vem da política nacional de saúde mental que
589 prioriza a mudança de paradigma, a reforma psiquiátrica e neste viés vem os CAPS, o CAPS I, Álcool e Droga
590 e o Infantil. Disse que a política Nacional coloca o CAPS como um serviço substitutivo ao modelo
591 hospitalocêntrico. No CAPS Infantil não trabalham com a reinserção deste usuário. Disse que a demanda da
592 criança e do adolescente são específicas. A CAPSI tem a função de regulador desta rede de proteção e para
593 isso necessita de uma equipe multidisciplinar, médico, psiquiatra, psicólogo, nutricionista tem que estar em
594 função deste sujeito. Disse que no início não contavam com muito apoio, em 2002 o CAPS surge como centro
595 de avaliação, diagnóstico e tratamento, pois ainda não conheciam esta população. Disse que toda a criança e
596 adolescente foram para o CAPSI e por isso não dava para trabalhar apenas a saúde, tinha que trabalhar de
597 mãos dadas com a educação e a justiça. Em 2003 amadureceram 'este olhar' procurando entender mais
598 estas crianças, suas necessidades e da família. Disse que a maior dificuldade foi encontrar profissionais que
599 estivessem aptos neste olhar. Disse que na formação é difícil encontrar profissionais com olhar para estas
600 crianças. Em 2007 CAPSI tomou posicionamento político, decidiram lutar pela saúde mental infanto juvenil
601 seguindo a norma do Ministério que é para transtorno severo e grave e passaram a agir numa outra esfera. O
602 primeiro encaminhamento foi acolher o usuário do interior. Mas para serem inseridos no tratamento tinham
603 que estar até quatro vezes na semana no CAPSI, então tomou a seguinte decisão: a equipe avaliava e
604 ligavam para o município para procurar o Conselho Tutelar, pois a criança não era caso de saúde, mas de
605 assistência social, de programa social e assim foi orientando. Disse que a família não necessitaria mais sair
606 do interior, pois aquele não era o verdadeiro tratamento para aquela criança. Disse que trabalhavam com
607 demanda espontânea e passaram a trabalhar com encaminhamentos de saúde. Disse que a criança passa
608 para o serviço que identifica o usuário e aquilo que ele precisa e só depois vai para o CAPSI, se for o caso.
609 Depois o segundo passo da equipe foi preparar a educação para lidar com esta criança e adolescente. Disse
610 que começaram a fazer encontros da rede dentro de entendimento daquilo que elas precisam. Disse que
611 descobriram nestes encontros que uma área não sabia o que a outra estava fazendo. Em relação ao CAPS
612 Adolescer que lida com adolescente usuário de álcool e droga, preconizaram que mesmo sendo usuário
613 devem identificar se está em surto ou em crise. Disse que o CAPSI trabalha junto com o CAPS Adolescer
614 propondo ações. Disse que este trabalho está engatinhando, agora que estão conseguindo autonomia e
615 recebem grande apoio do município de Várzea Grande. **Conselheiro Carlos Eilert** perguntou o que está

15



SUS

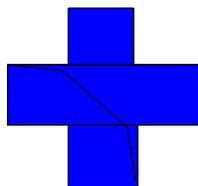
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

616 funcionando no bairro coopHEMA, dentro do hospital. **Conselheira Maria Aparecida** disse que tem
617 preocupação quando se coloca que o serviço tem que ser previamente identificado pela rede e encaminhado.
618 Perguntou quem faz a identificação, considerando que nem nas policlínicas os NAPS não estão funcionando,
619 a atenção básica não está preparada para a saúde mental. Disse que a iniciativa é louvável na construção da
620 rede. Disse que presenciou a situação de uma criança que estava em surto, no hospital Julio Muller. Disse
621 que a informaram que estiveram no CAPSI e não foram atendidos e encaminhados para o Adauto Botelho
622 para emergência. A criança foi atendida por um clínico. Disse que como não temos emergência psiquiátrico-
623 infantil temos que considerar estas situações, pois a criança veio do interior. Disse que o concurso público que
624 é feito são para psicólogos e não para psicólogos infantis. Disse que temos que pensar na inserção do
625 profissional direcionado. **Conselheira Lilia Ferreira** parabenizou o trabalho do CAPSI. Disse que
626 precisávamos trazer para este conselho a preocupação daqueles que militam na área da criança e
627 adolescente. Disse que o juiz aplica medida sócio-educativa em meio aberto como é o atendimento em
628 relação a saúde mental. Disse que no município temos o projeto Ser Menino, porém pequeno com
629 atendimento precário. Disse que as entidades que estão na execução de um programa não dispõem de meios
630 para atendimento imediato. Disse que decisão judicial tem que ser cumprida. Disse que para quem está nesta
631 área isto chega a ser desgastante, pois quando o 'menino' infracionar já perdeu toda a questão básica. Disse
632 que a reforma psiquiátrica, o trabalho do CAPSI sejam implementados na cidade de Cuiabá. **Senhora Valéria**
633 disse que o CAPSI infantil fica na rua principal do coopHEMA. Aquele que está no Adauto Botelho é para
634 álcool e droga. Disse da admiração que tem pela luta da Conselheira Lilia Ferreira. Disse que a postura que o
635 CAPSI colocou para o atendimento de saúde foi uma decisão demorada, por que a preocupação maior da
636 equipe é não adoecer a crianças, mas tem que ter assistência. Por isso seguravam a criança no CAPSI, mas
637 isso adoecia a criança e a equipe, por isso tomaram a decisão de 'ir para fora e lutar', assim sugeriram
638 encaminhamento para o serviço de saúde, ao mesmo tempo em que está próxima a coordenação de saúde
639 mental. Disse que são três os psicólogos que estão nas policlínicas e direcionaram que pelo menos um deles
640 ficasse com a criança e o adolescente. Disse que ainda fazem trabalho com pronto-atendimento para que este
641 adolescente seja entendido, respeitado principalmente. Disse que o CAPSI atende hiperatividade desde que a
642 criança esteja com prejuízo social, familiar e escolar. Sobre o caso colocado pela Conselheira Maria
643 Aparecida, disse que uma das regras é que paciente em crise não tem dia nem hora, é prioridade. **Aurea**
644 **Lambert** disse quanto a identificação da rede, estão propondo junto a Coordenação Municipal de Saúde
645 Mental capacitação em saúde mental para os pediatras e outros profissionais que estão na rede, a
646 capacitação deve acontecer até novembro. Disse que é norma dos CAPS atender demanda espontânea e
647 encaminhada. Quanto aos concursos, acredita que os próximos irão contemplar vaga para o psicólogo que
648 tenha conhecimento ou especialização na área. Disse que existe demanda reprimida para o infrator e que
649 devemos discutir junto com a Justiça. **Conselheira Suely Correa** perguntou qual o numero da demanda
650 reprimida e quanto que consegue ser atendida. Disse que participa do Conselho Gestor do seu bairro e
651 percebe o quanto é difícil este acesso. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que já havia sido contemplado,
652 mas entendeu a rede como equipe multidisciplinar e como estrutura. Disse que é fundamental que a
653 pactuação seja regionalizada para viabilizar recursos para assegurar os atendimentos. Quanto ao concurso
654 público o Conselho impediu há dois anos sua realização, por falta de esclarecimentos. Solicitou que a
655 Comissão de Recursos Humanos fique atenta, por que na semana que vem vai estar no gabinete para
656 avaliação e é necessário que seja encaminhada para o Conselho para discussão. Disse que nas viagens



SUS

Sistema
Único
de Saúde

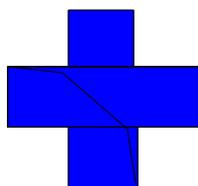
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

657 encontram profissionais preocupados quanto à saúde mental. **Conselheira Alzita Leão** parabenizou a
658 apresentação. Disse para o Conselheiro Ambrosio Moreira que a Comissão de Recursos Humanos 'não vai
659 comer mosca' na questão do concurso. Disse que enquanto Mesa Diretora e Comissão de RH vão sugerir
660 vagas para estes psicólogos e equipe multiprofissional e multidisciplinar. Disse que vão sugerir reunião com o
661 Secretário de Saúde e Superintendência de Recursos Humanos. **Conselheiro Gelson Almeida** tratou sobre o
662 psiquiatra pediatra. Disse que existe apenas um na rede SUS. Disse que é insuficiente para a demanda.
663 **Senhora Valéria** disse que a maior dificuldade é a atenção básica. Disse que esta é uma meta a atingir. Em
664 relação a demanda reprimida, em fevereiro o CAPSI tinha 180 crianças em atendimento, sendo que três eram
665 altistas. Disse que a partir do momento que passaram a encaminhar o que estava saudável para o serviço de
666 saúde, disse que hoje tem 14 altistas na casa. Disse que hoje eles sabem que ali é o lugar deles. Disse que
667 adolescentes em surto tinham na média de dois por semana, hoje são cinco por semana. Disse que, com todo
668 respeito, o lugar de criança louca é o CAPSI. Disse que o CAPSI está tomando atitude antipática a princípio
669 para o usuário, mas lá sempre acolhem e tenta fazer o encaminhamento responsável. Disse que busca ser
670 referência inclusive afetiva, para o usuário. Com relação a psiquiatra infantil, Doutora Ana, disse que ela não
671 é da rede é do serviço. Disse que eles não agendam para psiquiatra, a equipe avalia e a psiquiatra participa
672 das discussões, inclusive para opinar se a criança é para ser medicada. **Aurea Lambert** disse que a doutora
673 Ana Cristina não é da rede é do SUS e que temos apenas ela e outra que chegou tem vinte dias. Disse que
674 quando se fala em psiquiatria, podemos dizer que falta recursos humanos, principalmente médicos. Disse que
675 temos que fazer capacitação para os clínicos atenderem saúde mental. Quanto ao NASF, foi editada portaria
676 que criou NASF I e o NASF II. Disse que nos NASF tem um profissional de saúde mental. Disse que Cuiabá
677 ainda não se manifestou pela criação do NASF. **Conselheira Alzita Leão** disse que o Governo ofereceu em
678 1984, 2000 e 2002 vagas para profissional de psiquiatria em concurso público, mas não teve candidatos.
679 **Cedência de Servidor da FUNASA – apresentação do pedido de vistas - Conselheiro Jose Carlos**
680 **Bazan** disse que a base da sua preocupação residia no parecer da CIB de acatamento do senhor Jerônimo.
681 Disse que com grande prazer encontrou dentro do processo a ata da CIB Regional de 26.07.07, Barra do
682 Garças, solicitando o funcionário em questão. Declarou que o processo é de outubro de 2007. Encaminhou
683 que seja acatada a proposição a cedência seja retroativa ao período em que foi aceito por Barra do Garças,
684 que é 24 de outubro de 2007. **Conselheiro Carlos Eilert** perguntou se está confirmado que a FUNASA vai
685 assumir o ônus deste servidor. Relatou que esteve no RH da Saúde e lhe informaram que a UFMT paga
686 (devolve) para a SES o salário dos funcionários estaduais que estão cedidos para o Hospital Julio Muller,
687 conforme informações da senhora Landry Brito. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** esclareceu que quando os
688 servidores da FUNASA foram descentralizados para o Estado e Município a prerrogativa era que todos os
689 encargos sociais e de trabalho, seriam de responsabilidade da FUNASA, e isto tem sido garantido desde as
690 indenizações de campo onde ele recebe por deslocamento de dias trabalhados. **Conselheira Leila Boabaid**
691 concordou com a Conselheira e disse que esta situação tramita na esfera regional. Disse que os municípios
692 pactuaram na regional estas cedências. Disse que as indenizações são pagas através de planilha que os ERS
693 encaminham para a FUNASA. Disse que o estado paga as diárias quando o servidor faz a opção pela diária
694 do estado ai perdem a indenização. Disse que o Conselheiro Pardal tem razão quanto ao ato ser retroativo.
695 **Conselheira Maria Aparecida** fez a leitura do parecer da Comissão de Recursos Humanos. Colocado em
696 regime de votação o parecer da Comissão de Recursos Humanos foi aprovado com a observação do
697 Conselheiro Jose Carlos Bazan, para que a cedência seja retroativa a 24 de outubro de 2007, período em que

17



SUS

Sistema
Único
de Saúde

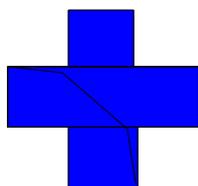
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

698 foi aceita pelo ERS-Barra do Garças. **Ouvidoria Geral do SUS/CES** - A pedido da Ouvidora está retirado de
699 pauta a matéria, pois a mesma foi convidada pelo CES-RN para contar a experiência de Ouvidoria de
700 Controle Social no Estado. Disse que aquele Conselho recebeu recursos para implantação de Ouvidoria
701 ligada a gestão, mas aqueles Conselheiros pretendem que ela seja de controle social. **Situação do**
702 **Andamento do Curso de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Saúde Indígena - ACS - Eliete**
703 **Saragiotto** disse que este curso foi aprovado em 2004 por este CES. Disse que o recurso é do Ministério da
704 Saúde, convênios firmado com as SES do país, cuja meta para o estado é a qualificação de mais de 4 mil
705 ACS. Disse que dentro deste processo tivemos um incremento de 701 novos agentes. As instituições
706 envolvidas são a SES, SMS, ESP e ERS. Disse que o curso tem carga horária de 400 horas, considerada
707 etapa inicial de qualificação. O número de meta é idêntico ao número de vagas e o local de realização é no
708 próprio município de procedência. Disse que teve início em 2005 com previsão de término em 2009. Disse
709 que o recurso financeiro foi distribuído em etapas divididos em 827 mil por etapa e ele é liberado na medida
710 em que são encaminhados relatórios técnicos para o MS. Disse que atualmente está faltando a liberação da
711 última parcela. Disse que o valor previsto inicialmente foi de 3.310.400,00. Disse que foi projetado para 15
712 ERS e foi executado em 14 Escritórios numa proporção de 95%. Numero de municípios envolvidos foram 141,
713 hoje são 105 considerando 75%. Disse que foram 200 turmas previstas e operaram 165 considerando 82,5%.
714 Disse que o numero de ACS foram 4.138, mas operaram 3.526 considerando 8,2%. Disse que para o não de
715 2009 temos o processo de 08 ERS trinta e seis municípios e 57 turmas, totalizando 1.313 ACS, sendo que
716 701 são os novos e os 612 da meta inicial. Disse que tem os elementos de despesas que elencaram nos
717 projetos para que fossem pagos todos os processos. Disse que estes elementos foram consignados com
718 pagamentos de hora/aula, capacitação pedagógica, pagamento dos instrutores, materiais de consumo,
719 confecção material didático, supervisão pedagógica, kits para o aluno. Demonstrou o pagamento de hora/aula
720 para as Regionais já executadas neste período totalizando 1.532.792,00. Demonstrou o quadro de distribuição
721 de alunos por regionais e foram encerrados em 2006 e em 2007. Demonstrou a distribuição dos ACS em
722 andamento em 2008: 48 turmas num total de 1020 alunos para ser concluído até o mês de novembro deste
723 ano, envolvendo as Regionais de Cáceres, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Sinop, Juina e dos demais
724 municípios da baixada Cuiabana. Demonstrou que a distribuição de ACS por Escritório Regional prevista para
725 2009. Disse que terão 57 turmas para o ano que vem num total de 1313 ACS formados. Demonstrou as
726 capacitações pedagógicas realizadas num total de mais de 800 profissionais com trinta e duas turmas nos
727 municípios de algumas regionais. **Agentes de Saúde Indígena – AIS** – A apresentação foi de
728 responsabilidade da senhora Claudia. Esclareceu que existe aproximação por uma questão de nomenclatura,
729 mas ação é diferenciada, pois o contexto é diferenciado, estamos trabalhando com culturas. Disse que papel
730 da ESP neste processo é trabalhar com cooperação técnica com a FUNASA. Disse que o financeiro fica por
731 conta da FUNASA, a ESP trabalha com a certificação, que envolve o processo pedagógico com os DSEIs, o
732 acompanhamento da equipe e forma pedagógica e antropológica, e o processo de avaliação. Disse que o
733 Agente Indígena trabalha na aldeia. Disse que cada etnia tem a sua cultura e o perfil da família indígena é
734 diferente do nosso. Disse que o AIS extrapola o espaço da promoção e prevenção. Disse que o Programa
735 surgiu em 1999 e implementado em 2001 com o surgimento dos DSEIs. Disse que a carga horária para
736 formação é de mil horas. Disse que os profissionais de saúde estão na área de 15 a 20 dias segurando o
737 processo de assistência à saúde da sua comunidade. Disse que se a FUNASA estruturar suas equipes ele
738 (AIS) pode trabalhar com promoção e prevenção, mas até então isso não ocorre. Os profissionais neste

18



SUS

Sistema
Único
de Saúde

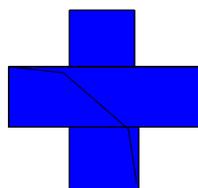
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

739 período circulam entre as aldeias. Disse que existe muita discussão e torno do subsistema de saúde indígena.
740 Disse que a saúde indígena requer uma assistência diferenciada. Disse que temos 41 alunos em formação
741 que vem se estendendo ao longo dos anos. Já era para ter sido concluída, mas isso não aconteceu por que o
742 curso surgiu com a implementação dos DSEI e eles estavam no processo de construção junto com o curso.
743 Disse que muitas coisas ficaram paralisadas outras avançaram. Disse que o curso no DSEI Cuiabá ficou
744 paralisado e iniciou em 2001, paralisou, retornou em 2003 e agora vai sair a primeira turma até início de
745 dezembro de 2008. Disse que não se trata apenas da formação, mas da escolarização concomitante. Disse
746 que ele pode receber o diploma se tiver concluído o Ensino Fundamental. Disse que somente agora a SEDUC
747 tem avançado neste processo. Disse alguns Agentes estavam sem matrícula escolar e que apenas há dois
748 anos começaram regularizar a situação. Disse que fizeram diagnóstico situacional no Distrito para detectar os
749 problemas a fim de solucioná-los. Disse que no DSEI-Kayapo montaram um plano de dispersão, o mesmo
750 que um estágio em aldeia e montaram outro projeto para recuperar os conteúdos do currículo a partir de
751 conteúdos teóricos. No DSEI-Xavante são 99 Agentes de Saúde e neste tiveram que fazer algumas
752 intervenções, pois estavam devendo a parte de conteúdo e que já estão concluindo o Ensino Fundamental.
753 No DSEI-Xingu são 123 AIS, cujo Distrito é complexo tendo em vista a diversidade, mas que os Agentes
754 estão caminhando no seu processo formativo. Disse que no total 297 AIS estão em processo de formação,
755 sendo que 40 irão concluir o curso agora. Disse que são módulos que estão dentro do Programa Nacional de
756 FUNASA e que cada Distrito desenvolveu o seu processo formativo de forma diferenciada. **Conselheiro**
757 **Carlos Eilert** disse que esta motivação foi em relação a alguns cursos que a ESP se propôs a fazer e que
758 temos uma Resolução n.º74 que não saiu, mas a Resolução n.º63/03 do ACS e a Resolução n.º60/04 do AIS.
759 Disse que pode perceber que quem atrasa o curso de AIS é a FUNASA. Disse que o curso está há oito anos e
760 o que a ESP fez demorou três anos. Perguntou: quem ministrou as aulas neste período se foram técnicos da
761 SES ou professores contratados através de processo seletivo. Disse que no relatório está posto que contrato
762 com o IDEP a respeito do pagamento dos professores do ano de 2006; o IDEP pode contratar professor; se o
763 curso de ACS não precisou fazer parceria com a SEDUC para certificar. Disse que na folha dois está escrito:
764 atualmente está faltando a última parcela já que cumprimos 55%. Disse que é 75% do total. Disse que abaixo
765 da tabela seis tudo aquilo que tratamos sobre políticas públicas de saúde está exemplificado. Disse que está
766 sendo formulada a política nacional de promoção da saúde, mas não tem nenhum Conselheiro na política.
767 Disse que no período 2005 e 2006 a ESP teve várias trocas em sua administração acarretando mudanças.
768 Disse que já se passaram cinco anos do início do curso. Disse que a verba é do Ministério e não tem
769 contrapartida da SES; será que existe atraso no repasse do MS, e por isso não está conseguindo qualificar.
770 Disse que a ESP encaminhou documento do MS dizendo que o curso está regular e que terminará em
771 dezembro de 2008, embora na apresentação conste que será em dezembro de 2009. Disse que o documento
772 não é o Termo Aditivo. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse que desconhece que a FUNASA é a culpada
773 pela não execução do curso de AIS. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que pela apresentação, o AI começou
774 em 2001 e como foi colocado no relatório subentende-se que é uma questão de repasse de recurso.
775 **Conselheiro Fabiano Borges** disse que a área administrativa da SES foi muito eficiente neste projeto e todos
776 os materiais para encerrar o curso já estão comprados. Disse que a qualificação precedeu a regulamentação
777 do ACS sendo esta a causa de todas as dificuldades. Na época o MS entendeu que investindo na qualificação
778 poderia preparar melhor os ACS e vindo a regulamentação os mesmos já estariam aptos. Disse que nesta
779 perspectiva, colocaram o 'pé no freio', 2007 foi o ano que menos trabalharam, fazendo apenas quatro

19



SUS

Sistema
Único
de Saúde

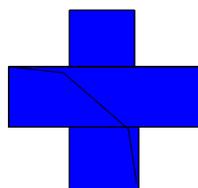
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

780 Regionais. Disse que para este curso tem uma metodologia específica e quem ministra os cursos são os
781 trabalhadores das Unidades de Saúde da Família. Disse que a dificuldade foi encontrar instrumento para
782 atender a metodologia dentro da legalidade. Disse que trabalharam editais públicos de seleção. Em relação
783 ao IDEP o contrato foi feito pela SES, coordenação de contratos. Disse que a questão foi analisada pela
784 Comissão de Acompanhamento do IDEP. Afirmou que não houve pagamento diferenciado, existem cursos
785 diferentes e quantidade de hora/aula diferenciada. Disse que não houve parceria com a SEDUC, pois estes
786 primeiros passos chamam de qualificação básica. Quanto a última parcela, executaram com muita eficiência.
787 Disse que com o recurso da terceira parcela terminaram 85% da meta. Disse que ainda existem 130 mil reais na
788 conta. Disse que os 15% restantes serão executados com o recurso da última parcela. Disse que vai sobrar
789 dinheiro. Disse que não houve atraso de repasse. Devido às eleições de 2008 preferiram não fazer edital de seleção.
790 **Eilete Saragiotto** disse que uma das dificuldades foi institucionalizar a forma de pagamento de hora/aula,
791 sendo esta uma das razões da demora de conclusão. Apesar disso a ESP foi referência neste processo.
792 **Senhora Claudia** disse que em sua apresentação em nenhum momento culpou a FUNASA, apenas expôs as
793 questões conjunturais da formação e da assistência indígena. Disse que os DSEI não geriam os recursos,
794 tinham que repassá-los para uma ONG. Disse que existe alta rotatividade das equipes de profissionais de
795 saúde nas aldeias e eles são os docentes no processo de formação dos AIS. Disse que o recurso é via
796 VIGISUS. Mas, a ONG desenvolve o projeto, encaminha para o DSEI, que manda para a CORE Regional que
797 manda para o DESAI. Disse que a prestação de contas é complicada. **Conselheira Leila Boabaid** disse que
798 concorda com o Conselheiro Fabiano, quanto à regulamentação. Disse que quando foi aprovado o Pólo de
799 Educação Permanente os contratos eram precários. Disse que surgiu a EC-51 que criou a função, depois
800 ficaram aguardando a lei 11350 que apenas em 2007 veio a regulamentar. Nesta regulamentação ficou
801 estabelecido de que os municípios teriam que criar lei municipal própria dos cargos com definição de valores.
802 A lei coloca como condição o processo seletivo, mas para serem nomeados precisam passar pelo Introdutório.
803 Disse que a ESP avançou no fluxo quanto à elaboração do projeto que é aprovado através de portaria,
804 podendo a equipe ministrar o curso. Depois a ESP pode certificar e o gestor nomear. **Conselheiro Jose**
805 **Carlos Bazan** disse que o governo tem muito que explicar ao Conselho. Disse que o Estado conta com mais
806 de quatro mil ACS cujo valor disponibilizado pelo projeto será de mais de três milhões de reais com início em
807 2005. Disse que o relatório não apresentou a prestação de contas, não apresentou os recursos aplicados a
808 partir de maio de 2005. Disse que faltou detalhamento. E, conforme falou o Conselheiro Fabiano Borges o
809 projeto deu lucro e sobrou mais de cem mil reais. Disse que o CES deve se apropriar deste recurso e remeter
810 para qualificação de novas equipes de ACS e AIS e não deixar a ESP usar onde quiser. Disse que precisa
811 deste relatório mais detalhado. **Conselheiro Carlos Eilert** solicitou ao Conselheiro Fabiano Borges que
812 elaborasse relatório elencando a situação encontrada na ESP quando assumiu a direção e em que situação
813 deixou a mesma, para apresentação no CES. Disse que a ESP estava com problemas de credenciamento e
814 de alvará de funcionamento. A equipe conseguiu arrumar, mas alguém no passado foi responsável por isso.
815 Disse, no entanto, que a ESP evoluiu e precisamos saber disso. Disse que o CES deve ter assento na CIB
816 com direito a voz e voto. **Conselheira Leila Boabaid** disse que encaminha as pautas da CIB-Regional de
817 Cuiabá para o Conselho. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que a transição da ESP está sendo
818 democrática com a nova direção. Solicitou que seja encaminhada para o Conselho a relação dos gastos por
819 grupo de despesas referente ao curso de ACS. O Pleno deliberou que o Conselheiro Fabiano Borges
820 apresente para o Conselho o relatório do seu período de gestão na ESP. Deliberou que a ESP apresente no

20



SUS

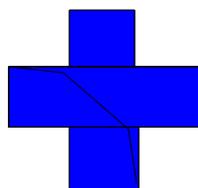
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

821 Pleno o relatório detalhado dos gastos por grupo de despesas. **Conselheira Maria Aparecida** disse que
822 ainda temos as resoluções para discutir. **Maria Luiza Ortiz** disse que informou no início que não houve tempo
823 para as avaliações das resoluções pela Comissão de Monitoramento e que apenas a 27 viria ao Pleno para
824 esclarecimentos. **Deliberação de Reunião Extraordinária no mês de Setembro – PTA 2009 - Conselheiro**
825 **Ambrosio Moreira** disse que existe cronograma para elaboração do PTA. Disse que o Pleno aprovou uma
826 resolução (26) que dispõe que cada Comissão avaliaria o Plano em cada área específica. De acordo com o
827 cronograma a apresentação no Pleno deve ser dia 10 de setembro, pois é o prazo limite para
828 encaminhamento a SEPLAN. **Magaly de Souza** disse que na próxima semana ainda seguem as reuniões das
829 Comissões com as áreas técnicas, cujas avaliações pelas comissões deve sofrer ajuste antes de ser
830 encaminhadas para os Conselheiros. Disse que caso a reunião extraordinária seja em 10 de setembro,
831 preocupa-se com o tempo que terá para encaminhar a proposta do PTA-2009 para análise dos membros.
832 **Conselheira Lilia Suely** disse que o prazo de encaminhamento de documentos é regimental, dez dias de
833 antecedência. **Conselheira Maria Aparecida** disse que as comissões estão tendo dificuldade para se reunir
834 com quorum. Diante da metodologia aprovada, das reuniões que ainda vai ter que participar nesta e na
835 próxima semana está impossibilitada de preparar relatório (da comissão) para apresentar na reunião
836 extraordinária. Disse que aprovaram uma metodologia que não conseguirão cumprir. **Conselheiro Carlos**
837 **Eilert** disse que o calendário foi quase imposto, talvez muitos não tenham condições de participar das
838 reuniões. **Conselheiro João Dourado** disse que foi louvável a resolução. Mas o planejamento não se
839 adequou a metodologia. Disse que vamos mantê-la e procurar trabalhá-la em 2009. Encaminhou que os
840 Conselheiros procurem participar das reuniões proposta no calendário e caso não consigam elaborar relatório
841 para o Pleno que no dia da reunião extraordinária façam seus destaques, pois o planejamento não se
842 adequou na metodologia. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que a Comissão pensou sobre as
843 dificuldades. Disse que a culpa não é da SES, mas da SEPLAN que tem legislação que regula o prazo de
844 encaminhamento. Disse que a metodologia está criando nova cultura de trabalho. Solicitou que a Comissão
845 de Monitoramento não programe viagens neste período no ano que vem. O Pleno deliberou pela realização de
846 reunião extraordinária para o dia 10 de setembro para discussão do PTA-2009 da Secretaria de Saúde. Nada
847 mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos e,
848 após lida e achada conforme, a presente ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente**
849 **do Conselho Estadual de Saúde, Augustinho Moro**, pela Secretária Executiva, **Magaly de Souza** e
850 pelos demais Conselheiros presentes: **Fabiano Tonaco Borges, Ingrid Botelho Saldanha Handell,**
851 **Leila Maria Boabaid Levi, Solange Fátima Cruz, Lanameire Figueiredo Barros, Maria Luiza Ortiz**
852 **Nunes da Cunha, Maria Amélia Catossi Graciano, Márcia Fátima Folador, Leandro Jubileu Zitelli,**
853 **Alzita Leão Ormond de Oliveira, Maria Aparecida de Amorim Fernandes, Jucélia Clara Nunes de**
854 **Souza, Márcia Fátima Folador, Carlos Alberto Eilert, Jose Carlos Bazan, João Luiz Dourado, Maria**
855 **Cândida do Nascimento, Lilia Suely Alves dos Santos, Lilia Alves Ferreira, Suely Correa de**
856 **Oliveira, Antonio Cordeiro Sobral, Clélia Araujo de Brito, Antonia Lúcia Ribeiro, Rosely Hermann,**
857 **Ambrosio Moreira de Souza.**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342